

RELIGIÃO E RELIGIÕES

Um enfoque em chave gramsciana

José J. Queiroz *

Para não repetir conhecidas generalidades, preferi limitar o tema a uma abordagem dialética, alinhavando Antônio Gramsci (1), insuperável na análise dos elementos superestruturais que compõem a sociedade (2), dentre os quais se destaca o fator religioso. Face às limitações de tempo e de espaço, não nutro nenhuma pretensão de esgotar o assunto e darei ênfase sobretudo à dialética erudito-popular na religião.

1 - AMPLIDÃO DO FENÔMENO RELIGIOSO

Nos *Quaderni del Carcere* (3), sua obra fundamental, Gramsci abre amplo espaço ao estudo da religião. No Sexto Caderno, escrito entre 1930-1932, ele refere um famoso texto de Plutarco, para destacar a amplidão do universo religioso: “viajando, poderás encontrar cidades sem muralhas e sem letras, sem reis e sem casas (!), sem riquezas e sem manuseio de dinheiro, carentes de teatro e de ginásios esportivos. Mas uma cidade sem templos e sem deuses, que não faça orações, juramentos, divinizações, sacrifícios para impetrar bens e afugentar males, ninguém jamais verá”.

(Plutarco, *adv. Col. 31*; QC, vol. II, pag. 715).

2 - CONCEITUAÇÃO

A pesar da pluralidade do fenômeno religioso e de sua dialeticidade (4), o que impede tratá-lo de maneira unívoca, Gramsci adota a conceituação de religião elaborada por Turchi, em sua *Storia delle Religioni*: “a palavra religião, em seu sentido mais amplo, denota um laço de dependência que vincula o homem a um ou mais poderes superiores, frente aos quais ele se percebe dependente e aos quais oferece atos de culto individuais ou coletivos” (QC., vol. II, pag. 715).

E explica essa definição, atribuindo à religião três elementos constitutivos: 1º a crença na existência de uma ou mais divindades pessoais, que transcendem as condições terrestres e temporais; 2º o sentimento de dependência destes seres superiores, que governam totalmente a vida do cosmo; 3º a existência de um sistema de relações (culto) entre os homens e os deuses (QC. loc. cit.).

Assumindo essas conotações, Gramsci descarta outras definições que não caracterizam com propriedade o conceito de religião. Não admite a conceituação de Salomão Reinach (na obra *Orphaeus*) segundo a qual religião seria “um conjunto de escrúpulos (tabus) que criam obstáculos ao livre exercício de nossas faculdades”. Tal definição, além de não incluir a crença em poderes superiores, “é excessivamente ampla e pode abranger não só as religiões mas



Arquivo CEM



também qualquer ideologia social, que tende a possibilitar a convivência social e por isso cria obstáculos (com seus escrúpulos) ao livre exercício de nossas faculdades". (QC. loc. cit.).

Prosseguindo na explicação, ele duvida que se possa chamar de religião "uma fé que não tenha por objeto um Deus pessoal, mas só cultue forças impessoais e indeterminadas. No mundo moderno, abusa-se das palavras "religião" e "religioso", aplicando-as a sentimentos que nada têm a ver com as religiões positivas. Também o puro "teísmo" não deve ser tido como religião; falta-lhe o culto, isto é, uma relação determinada entre o homem e a divindade". (QC. vol. II, pag. 715-716)

3 - A DIALÉTICA ERUDITO-POPULAR NA RELIGIÃO E A FORÇA DAS CRENÇAS POPULARES

Em vários textos, que se referem especialmente ao catolicismo, Gramsci salienta a oposição frontal entre um

tipo de religião intelectualizada ou erudita e uma religião do povo ou dos simples. Diz ele: "com certeza existe uma "religião do povo", especialmente nos países católicos e ortodoxos, muito diferente da religião dos intelectuais... e especialmente da religião organicamente sistematizada pela hierarquia eclesiástica". (QC. vol. III, pag. 2312).

Em seu aspecto erudito, a religião se apresenta como um conjunto organizado e sistematizado de dogmas e normas morais, que se impõem tanto aos intelectuais quanto aos simples.

Neste sentido, Gramsci enquadra a religião no conjunto das ideologias mediante as quais o poder dominante controla a visão de mundo das massas dentro do bloco histórico.

Entendendo ideologia num sentido inferior de sistema dogmático de verdades absolutas e eternas (QC. II, pag. 1489), a religião é "a ideologia mais difundida e enraizada". (QC. vol II, pag. 1455). Ela é a responsável pelas certezas que mantêm o povo ao nível do senso comum e o impede de elevar-se a uma visão crítica da vida e das contradições sociais.

A religião é garantia da objetividade do mundo, da imutabilidade e da inexorabilidade do destino, como imutáveis são as leis da natureza.

Opondo-se a uma concepção crítica do mundo - a filosofia da práxis - que sempre mantém o pé fincado na realidade, nas contradições da sociedade e na luta para superá-las, a religião constitui uma utopia, aliás, a mais gigantesca utopia, "que apareceu na história, porque é a mais grandiosa tentativa de conciliar, de forma mitológica, as contradições reais da vida histórica: de fato, ela afirma que os homens têm a mesma "natureza", que existe um homem em geral, enquanto ser criado por Deus, filho de Deus, por isso irmão dos outros homens, igual aos outros homens, livre entre os outros e como os outros, e que ele pode conceber-se como tal espelhando-se em Deus, "autoconsciência" da humanidade. Mas afirma também que tudo isso não é deste mundo e para este mundo mas de um outro (utopia). Assim, as idéias de igualdade, fraternidade, liberdade, fermentam entre os homens, naquelas camadas que não se vêem nem como iguais, nem como

irmãos entre si, nem livres uns frente aos outros". (QC. vol I, pag. 453).

Entretanto, nem sempre as religiões são ideologias e utopias alienantes. Gramsci tece considerações positivas com relação ao cristianismo primitivo, que representou, na época, a religião dos subalternos em oposição à religião erudita do paganismo oficial e estabeleceu uma guerra de resistência frente ao poderio imperial até o ponto de derrotá-lo. Porém, muito cedo, a religião cristã foi cooptada pelas estruturas imperiais e, mais tarde, foi absorvida pelo modo de produção feudal, com o qual se identificou, tornando-se o baluarte do feudalismo até o advento da burguesia. A partir de então, o cristianismo romanizado se enfraquece, entra em luta com a burguesia e com a reforma protestante e procura se restaurar na contra-reforma; depois, alia-se com o poder burguês, transforma-se em cristianismo "jesuitizado", que busca, mediante um conservadorismo modernizado, manter sua influência sobre o mundo. (cf. QC. vol. II, pag. 1380).

A religião, em seu papel erudito, exerce uma relevante função política. Ela mantém os simples submissos ao seu controle e conformados com o sistema sócio-econômico vigente. Para isso, desempenha-se em salvaguardar a unidade religiosa; exerce rígida disciplina e controle sobre os intelectuais leigos e religiosos "para que não ultrapassem certos limites" (QC. vol II, pag. 1384).

Até mesmo a exportação da ideologia dos países dominantes para os menos desenvolvidos encontra nas religiões eruditas e organizadas um mecanismo eficaz de apoio no jogo das combinações locais. "A religião - diz Gramsci - sempre foi uma fonte de tais combinações ideológico-políticas nacionais-internacionais e, com a religião, outras formações internacionais, entre as quais os intelectuais, em geral, a Maçonaria, o Rotary Clube, os Hebreus, a diplomacia internacional, que sugere expedientes ou os impõem em determinados países" (QC. vol. I, pag. 457).

Outro lado relevante da análise gramsciana é a ênfase atribuída à religião do povo ou dos simples. Esta se

define como uma forma embrionária de visão de mundo da classe subalterna e, neste sentido, integra a cultura popular como parte fundamental do senso comum. (QC. vol. II, pags. 1378 e 1390) é do folclore (QC. vol. I, 89-90). Alinhando Gentile, Gramsci coloca a religião do povo no patamar de uma "filosofia da multidão".

Inúmeras são as características positivas das expressões populares da religião.

Elas são fonte de segurança e certeza para o povo. Constituem o núcleo substancial das respostas que os simples encontram para os desafios da vida. Neste sentido, Gramsci concorda com Croce, quando este afirma que "não se pode tirar a religião do homem do povo sem imediatamente substituí-la por algo que satisfaça as mesmas exigências para as quais a religião se formou e ainda permanece". (QC. vol. II, pag. 852).

A solidez é marca saliente dessas formas de religiosidade, especialmente em seus aspectos morais, que produzem "imperativos muito mais fortes e tenazes do que aqueles da moral kantiana". (QC. vol. I, pag. 89).

A religião popular contém elementos visíveis de materialismo, pois aparece como busca constante de superação das necessidades materiais da classe pobre, embora se trate de um materialismo crasso, acrítico. Por isso, "a religião oficial também procura não se afastar demais dessa característica material para não se separar das massas, para não se tornar ideologia de grupos restritos". (QC. vol. I, pag. 424).

Nem tudo, nesta religiosidade, é "fossilizado" ou espelha condições de vida passada. Há também elementos "que constituem uma série de inovações, muitas vezes criativas e progressistas, determinadas espontaneamente por forças e condições de vida em processo de desenvolvimento". (QC. vol. III, pag. 2313).

Entretanto, na análise gramsciana das formas populares de religião, preponderam os aspectos negativos.

São concepções carentes de unidade e de coerência. "Não podem constituir uma ordem intelectual porque não podem chegar à unidade e à coerência na

consciência individual, para não falarmos na consciência coletiva". (QC. vol. II, pag. 1378).

São teorizações primitivas e heterogêneas, "não elaboradas e não sistemáticas", pois o povo, jogado numa situação econômica e política de extrema penúria e manipulação, "não pode ter concepções elaboradas, sistemáticas e politicamente organizadas e centralizadas em seu (ainda que contraditório) desenvolvimento". (QC. vol. II, pag. 1045).

Por isso, as expressões religiosas populares se apresentam "justapostas", "estratificadas", quais aglomerado indigesto de fragmentos de todas as concepções do mundo e da vida que se sucederam na história. (cf. QC. vol. II, pags. 1346 e 1378).

4 - GRANDEZA E LIMITAÇÕES DA ANÁLISE GRAMSCIANA

Apesar dessas características negativas, Gramsci considera que a religião, como as outras formas ambíguas e fragmentárias da cultura popular (folclore e senso comum) constitui o ponto de partida *indispensável* no processo de crescimento do povo rumo a uma visão crítica do mundo.

Para Gramsci, a Filosofia da Práxis ou o Materialismo Histórico é a única visão de mundo capaz de se articular de modo enriquecedor com o senso comum, o folclore e as formas religiosas que eles contêm; é a única filosofia capaz de elevá-los a uma visão organizada, crítica, global e transformadora da sociedade.

Esta filosofia se apresenta em luta constante contra o senso comum e as suas ambiguidades, mas, ao contrário das religiões oficiais e eruditas, especialmente a católica, "que tende a manter o povo simples aprisionado no primitivismo do senso comum, a Filosofia da Práxis busca conduzi-lo a uma concepção superior de vida". (QC. vol. II, pag. 1384).

Não basta, porém, partir da religião e das outras formas de cultura popular



fragmentárias e construir um saber superior, pois isto pode fazer correr o risco de criar “uma cultura especializada para grupos restritos de intelectuais. Só é verdadeiro movimento filosófico aquele que, na tarefa de elaborar um pensamento superior ao senso comum e cientificamente coerente, nunca se esquece de permanecer em contato com os “simples”; aliás, neste contato, deverá encontrar a fonte dos problemas a serem estudados e resolvidos. Só com este contato, uma filosofia se torna “histórica”, se depura dos elementos intelectualizantes de natureza individual e se torna “vida” (QC. vol. II, pag. 1382).

Em resumo, Gramsci percebeu a amplidão e a importância da religião e das religiões. Criticou os aspectos ideológicos e alienantes das religiões oficiais, especialmente da católica, que se tornara, na época em que ele escrevia os *Quaderni*, o maior obstáculo para a penetração do materialismo histórico nas massas. Percebeu a fraqueza e ao mesmo tempo o valor das formas populares de religião, que integram, junto com o folclore e o senso comum, a cultura popular. Sua análise culmina com a pro-

posta de uma vinculação orgânica da Filosofia da Práxis com essas formas de cultura no intuito de criar uma nova cultura de massa superior, crítica, homogênea, capaz de sustentar superestruturalmente a hegemonia futura da classe subalterna.

Gramsci não viu, nem podia ver, pela total ausência de qualquer referência paradigmática, a possibilidade de uma religião, ou melhor, de uma teologia, que não se constituísse em “ideologia” domesticadora do povo; uma teologia capaz de brotar da própria fé do oprimido em sua luta pela superação das contradições da vida; uma teologia do caminheiro em busca de fraternidade, igualdade, liberdade, “utopias” não de outro mundo mas desta história terrena.

A práxis das Igrejas no Terceiro Mundo, em especial na América Latina, que se identificaram com os pobres e explorados, mostrou que essa teologia é possível e existe. Mostrou que essa teologia, em constante luta contra as ideologias manipuladoras, é capaz de vincular-se organicamente ao senso da fé dos “simples” e ajudá-los a superar as

ambigüidades rumo à solidez de uma visão de mundo libertadora, inspirada na força da Palavra de Deus e firmada na luta pela justiça aqui e agora.

* José J. Queiroz é coordenador do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências da Religião da PUC/SP.

NOTAS

- (1) Antônio Gramsci nasceu na Itália em 1891 e faleceu em 1937. Foi um grande líder e organizador da esquerda italiana, a partir das bases operárias. Com Palmiro Togliatti, fundou o Partido Comunista Italiano e o jornal *Unità*. Perseguido pela ditadura fascista, passou grande parte de sua vida nos cárceres, dedicando-se à leitura constante e à redação de cartas e comentários sobre as obras que analisava, com o objetivo de compor uma grande síntese do materialismo histórico. Morto prematuramente, deixou fragmentos riquíssimos desta obra, que integram as Cartas da Prisão e os Cadernos do Cárcere. É considerado um dos maiores expoentes do socialismo democrático e um incentivador do cultivo da cultura popular.
- (2) A superestrutura, segundo Gramsci, inclui dois grandes setores: a sociedade civil e a sociedade política. Esta é o campo do poder coercitivo do Estado. Aquela é o terreno das ideologias e dos organismos responsáveis pelo consenso das massas. Tal consenso é indispensável para o estabelecimento do poder hegemônico.
- (3) Citarei os *Quaderni del Carcere* com a Sigla QC. Seguindo a edição crítica publicada em Turim — Itália — pela Editora Einaudi, 1975, 4 volumes, traduzindo os textos diretamente do original italiano.
- (4) Na concepção gramsciana, a religião é um elemento cultural dialético. Isto significa que a religião está inserida no grande conflito das classes sociais, que estabelece um divisor entre opressores e oprimidos. Há portanto religiões que integram o campo ideológico dos dominantes. Há também religiões que estão do outro lado, sendo expressões da cultura dos dominados. Estas porém são fragmentárias e acrílicas e só atingem um estágio orgânico, crítico e libertador quando articuladas pela filosofia da práxis, isto é, pelo materialismo histórico.